



A PRESENÇA DO SERRO NAS INSTITUIÇÕES JURÍDICAS, ACADÊMICAS E CULTURAIS

José Anchieta da Silva

Presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

1 INTRODUÇÃO

Minas são várias. É afirmação consolidada, virou refrão, um dito popularizado. Apontado o fato e desconhecido o autor, é preciso encontrar o culpado. A responsabilidade por estas Minas-várias é, em boa medida, daquele torrão de terra que é plural no seu patronímico: Serro Frio, Lavras Velhas do Ivituruí (na língua dos nativos botocudos *ibiti-rui* ou *ivituruy* [morro dos ventos gelados]), Lavras Velhas do Serro, Ribeirão das Lavras Velhas, Vila do Príncipe. Geograficamente privilegiada, o Serro é cidade mãe de Diamantina; nascente do Rio Jequitinhonha, tornando-se, por suas feições, fastos e feitos, a terra matriz do Estado de Minas nas suas duas metades, a Minas das Minerações e as Gerais, unidas numa única majestade: Minas Gerais.

A povoação do Serro data de período mais antigo, anterior ao século XVIII. É fácil demonstrar essa constatação. Há registros na Receita Real dando conta da existência do então denominado 'Arraial das Lavras Velhas do Ivituruí no ano de 1702. Observe-se, a identificação do lugar àquela data era tratada como "Lavras Velhas" e, portanto, não era de exploração recente. A localidade é, pois, preexistente ao século XVIII. Os registros antigos, armazenados pela Arquidiocese de Mariana, revelam a forma pela qual se identificavam as mais precárias localidades, onde existentes "almas" a serem visitadas, na busca de sua evangelização. Dizia-se da "presença de casas e fogos". Era este o sinal da existência de um arraial. A paróquia do Serro foi criada em 1703 e elevada a paróquia colada em 1724. O agregado "colada" era relevante, representava a aprovação do vigariato pela autoridade eclesiástica e pelo Estado, o que assegurava remuneração ao prelado. Sua elevação a vila se deu em 1714, e, depois, a cidade, em 1838. A Comarca do Serro do Frio foi desmembrada da Comarca do Rio das Velhas em 1720, sendo inicialmente chamada Comarca do Rio Santo Antônio. Ao seu abrigo estavam a Vila do Príncipe, Minas Novas do Fanado (desmembrada do território da Bahia), a Barra do Rio das Velhas, Tejuco (Diamantina), Curvelo, Conceição, São Miguel de Guanhões.

2 O SERRO, SEUS VULTOS E INSTITUIÇÕES

Limitado pelo espaço destes escritos, registra-se que o recorte necessário para estas considerações, breves, impôs que o texto se limitasse às figuras e vultos já falecidos. Noutro espaço, dentro do mesmo propósito, se poderá falar dos vultos serranos vivos. Não é pouca gente. Limitar-se-á este panegírico em repassar, a partir de autorizadas fontes, a “Escola de Música do Serro” do Brasil Colônia; a presença do Serro na política do Império e da República; a presença do Serro na mais alta Corte de Justiça brasileira; do consagrado queijo do Serro à culinária de Dona Lucinha.

2.1 A ESCOLA DE MÚSICA DO SERRO

A obra do serrano José Joaquim Emerico Lobo de Mesquita, organista, maestro, compositor de música sacra, impressiona por sua quantidade, qualidade e excelência para a época. Suas mais relevantes peças, reeditadas, redescobertas, encontram-se em exposição permanente do Museu da Música, no Palácio dos Bispos, em Mariana, produto de iniciativa restauradora do arcebispo Dom Luciano Mendes de Almeida, com recursos da Petrobrás. Significativo volume do material recolhido e recuperado foi encontrado como capas de material pirotécnico utilizado nos folguedos e saraus da época, em celebrações religiosas. Esse comportamento da época, na utilização de partituras, uma vez utilizadas pelas bandas e orquestras, como material na confecção de foguetes pirotécnicos revela a quantidade da produção musical do Serro; a dificuldade de se obter papéis para enrolar a pólvora necessária, num tempo em que não se cogitava da energia elétrica, revela também o desprendimento dos compositores. Lobo de Mesquita nasceu no Serro em 12/10/1746 e faleceu no Rio de Janeiro em abril de 1805. Sua obra passou a orientar na Corte, no Rio de Janeiro, o que se chamou de “Escola Mineira da Música”.



2.2 A PRESENÇA DO SERRO NA POLÍTICA DO IMPÉRIO E DA REPÚBLICA

São vários os vultos serranos que brilharam no firmamento do Império e da República no campo da política. Serão destacados Teófilo Ottoni, seu irmão Cristiano Ottoni e João Pinheiro da Silva.



2.2.1 TEÓFILO OTTONI

Serrano, nascido Teófilo Benedito Ottoni em 27/1/1807, fez-se figura política exponencial, um dos idealizadores da República brasileira. Retornando do Rio de Janeiro para o Serro, Teófilo criou o jornal *Sentinela do Serro* (1830), fazendo madruguar as ideias libertárias da república. O jornal veio a ser fechado na regência do Padre Feijó. Teófilo criou, então, a “Sociedade Promotora do Bem Público” (1833). Eleito deputado geral na capital do império, liderou o grupo de liberais que passou a ser conhecido como “os constituintes do Serro”. Fizeram resistência às modificações impostas à Constituição (1834) em face das limitações contidas na chamada “lei de interpretação do ato adicional”, um nítido retrocesso às conquistas liberais, dentre as quais a criação das assembleias provinciais. Ficaram célebres os embates, no Congresso, entre Honório Hermeto Carneiro Leão (Marquês do Paraná), conservador, e Teófilo Ottoni. Os liberais venceriam as eleições e propunham, dentre outras alterações legislativas, a maioria de D. Pedro II (1834). A anulação dessas eleições provocou a chamada Revolução Liberal a partir de São Paulo, com Tobias de Aguiar, em Minas, a partir de Barbacena, com José Feliciano Pinto Coelho, o Barão de Cocais, e Teófilo Ottoni, que viria a ser preso em Santa Luzia, vindo a ser, com seus pares, julgado por tribunal que se reuniu em Mariana, a todos libertando. Na prisão, adotando pseudônimo, Ottoni cria outro jornal, *O Itacolomi*, reacendendo críticas ao governo imperial. Os revolucionários foram chamados de “os luzias”, alusão ao combate de Santa Luzia, onde se deu uma rendição com dignidade. Teófilo continuava fiel àquele lema de seu antigo jornal *Sentinela do Serro*, proclamando, como direitos de todos os cidadãos: a liberdade, a segurança, a propriedade e a resistência.

Dedicado ao empreendedorismo, além de empresário de sucesso, criou a Companhia de Comércio Navegação e Colonização do Mucuri (primeira companhia com emissão pública de ações) e fundou a “Filadélfia de Minas”, “a cidade do amor fraterno” (1853), que, após a sua morte, viria a ser a Cidade de Teófilo Ottoni. Teófilo dá nome a importante comenda criada pelo Governo de Minas. Paulo Pinheiro Chagas, seu biógrafo, cunhou a sua lápide: “Teófilo foi um pouco do destino nacional”.

2.2.2 CRISTIANO OTTONI

Irmão de Teófilo, Cristiano também inscreveu o seu nome na História. Nascido no Serro em 17/5/1811, engenheiro de formação, construtor, seu nome dá título a importante comenda da UFMG.

É considerado o pai das estradas de ferro do Brasil por ter sido o primeiro diretor da Estrada de Ferro Dom Pedro II, fazendo, na sua gestão, subirem os trilhos pela Serra do Mar em direção a Minas e a São Paulo. Foi conselheiro do imperador.

Publicou *Máquinas a vapor*, uma biografia de D. Pedro II. Foi deputado provincial no Rio de Janeiro, deputado geral por Minas Gerais (1835), reeleito várias vezes, e senador pelo Espírito Santo (1879). Voltou ao Senado por Minas Gerais (1892). Enfileirou-se à ação política liderada por seu irmão, participando do empreendimento colonizador do Vale do Mucuri.

2.2.3 JOÃO PINHEIRO DA SILVA

Nasceu no Serro em 16/12/1860. Faleceu em 25/10/1908. Político, advogado, professor, industrial. O sobrenome ‘Pinheiro’ resulta do abasileiramento do sobrenome de seu pai, Giuseppe “Pignataro”. Formado em ciências jurídicas pela Escola de São Paulo, retornou a Minas, onde fundou, primeiro, o “Clube Republicano” (1888), e depois a folha *O Movimento*. Ocupou, interinamente, o governo de Minas (1891), tendo sido deputado federal à constituinte (1891). Insatisfeito com os ramos da política, passou a dedicar-se à sua indústria cerâmica em Caeté. Retornou, todavia, à política, elegendo-se senador por Minas Gerais (1905) e, em seguida, Presidente do Estado de Minas Gerais (1906). No seu governo, dedicou-se à reformulação do ensino. Pregando uma renovação da política, estava cotado para concorrer à presidência da república, o que não ocorreu tendo em vista o seu falecimento no exercício da presidência de Minas. A política de então guarda uma peculiaridade sobre dois mineiros ilustres num mesmo tempo. Faleceram no exercício de seus mandatos João Pinheiro, que governava Minas (1908), e Affonso Penna, mineiro de Santa Bárbara, o primeiro presidente que Minas deu ao Brasil (1909). Ambos faziam harmoniosa pregação de uma renovação política.

João Pinheiro foi o criador e primeiro presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais.



2.3 A PRESENÇA DO SERRO NA MAIS ALTA CORTE DE JUSTIÇA BRASILEIRA

Três notáveis serranos pontificaram no Supremo Tribunal Federal, singularidade, portanto, insuperável daquela terra de gigantes: Saião Lobato (Visconde de Sabará), Pedro Lessa e Edmundo Lins.

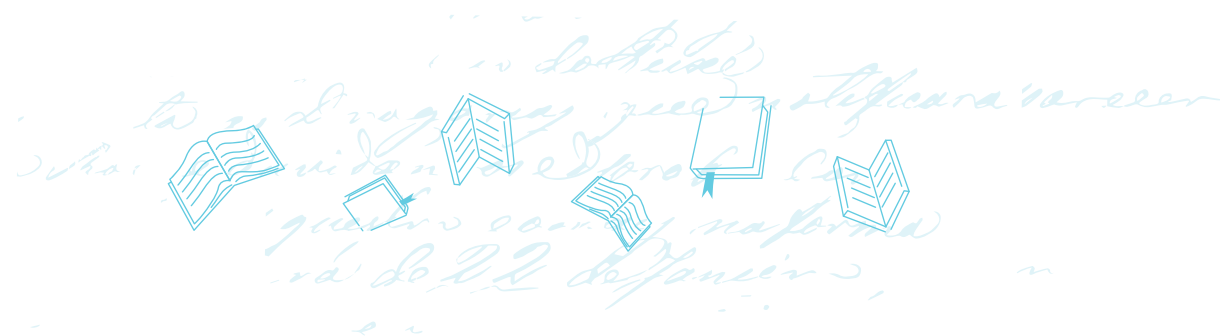
2.3.1 SAIÃO LOBATO

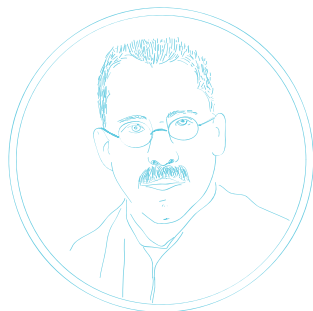
Nascido no Serro em 20/4/1817, João Evangelista de Negreiros fez carreira na magistratura passando por comarcas do interior de São Paulo, Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul. Ainda no Império, foi nomeado desembargador da Relação da Corte (1864), exercendo o cargo de procurador da Coroa, Soberania e Fazenda Nacional. Na política, foi deputado na Assembleia Geral legislativa (suplente) por São Paulo (1843) e deputado pelo Rio Grande do Sul (1850, com algumas reeleições). Pertenceu, também, ao Tribunal do Comércio da Corte (1864). Presidiu o Supremo Tribunal de Justiça no Império (1881), e, na República, foi logo nomeado por Deodoro da Fonseca presidente do recém-criado Supremo Tribunal Federal, cabendo-lhe presidir a sessão de sua instauração (1891), aposentando-se em seguida (1892). Saião Lobato presidiu o Poder Judiciário brasileiro no Império e na República.

2.3.2 PEDRO LESSA

Nascido Pedro Augusto Carneiro Lessa, em 25/9/1859, faleceu no Rio de Janeiro em 25/7/1921. Magistrado, político e professor, foi nomeado, em substituição a Lúcio de Mendonça, para o Supremo Tribunal Federal, em que veio a ser considerado pelos seus biógrafos como o “Marshall” brasileiro. Dentre os pontos marcantes de sua ação está a ampliação do *habeas corpus*, contribuindo para a criação do que viria a ser o ‘mandado de segurança’. Foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, onde se formara (1883). Em São Paulo, foi Chefe de Polícia, deputado na Assembleia Constituinte (1892). Foi o primeiro mulato a pontificar na Corte Suprema. Pertenceu à Academia Brasileira de Letras, sucedendo outra vez a Lúcio de Mendonça (1910).

Deixou como legado expressivas obras na área do Direito.





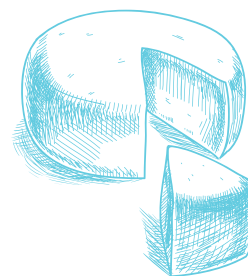
2.3.3 EDMUNDO LINS

Nasceu Edmundo Pereira Lins, na cidade do Serro em 13/12/1863 e faleceu em 10/9/1944. Passou pelo seminário de Diamantina, formando-se pela Faculdade de Direito de São Paulo (1889). Foi promotor de justiça em Jundiá e, a Minas retornando, serviu ao governo de João Pinheiro como Secretário da repartição de Estatística. Foi juiz federal em Minas Gerais. Instalou, como juiz, a comarca da nova capital do Estado, Belo Horizonte (1898), vindo a ser nomeado desembargador da Relação de Minas (1903), presidindo, posteriormente, o Tribunal do Estado (1913). Foi professor da Faculdade Livre de Direito de Minas Gerais (1916). Foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal (1917), presidindo-o inclusive (1931, com duas reeleições, 1934 e 1937, quando se aposentou).

2.4 DO CONSAGRADO “QUEIJO DO SERRO” À CULINÁRIA DE “DONA LUCINHA”

Desde 15 de novembro de 2002, o “Queijo do Serro” é considerado “patrimônio cultural do Estado de Minas Gerais”. Trata-se de expressão gastronômica genuína e consagrada, cuja história se confunde com a própria história da cidade. Sua confecção, repleta de segredos, passa pela combinação do tempo despendido, da temperatura e do peso das mãos, do manejo dos utensílios, do monitoramento da qualidade do leite, bancas, prateleiras, gamelas, controle de microrganismos, dosagem de coagulantes, do “pingo” (fermento natural), sal, ponto de cura. A obtenção de seu sabor se inicia no trato de gramíneas e forrageiras.

O segredo que está nesse conjunto pode ser sintetizado numa frase de cunho comum: o modo artesanal de fazê-lo.



A menção à culinária serrana (e mineira) não se completaria sem uma nota final em relação à “Cozinha de Dona Lucinha”. Maria Lúcia Clementino nasceu no Serro em 21/11/1932 e faleceu em Belo Horizonte em 9/4/2019. Dona Lucinha, salgadeira, doceira, feirante, quitandeira, professora, diretora de escola, catequista, vereadora. A sua Cozinha está presente em Belo Horizonte e no Serro (restaurante) desde 1990. Mais do que uma cozinha consagrada, é a representação mais significativa da cozinha mineira. Não satisfeita com tudo o que fez, Dona Lucinha criou o “Instituto Dona Lucinha”, que leva alimentação de qualidade aos menos favorecidos. É autora do livro “História da Arte da Cozinha Mineira”.

3 CONCLUSÃO

Ao visitar a Cidade do Serro, ao se encantar com a tradição de suas festas populares e religiosas, as festas do Divino (maio) e do Rosário (julho); mirando-se na escadaria-símbolo da Igreja de Santa Rita, é preciso prestar justa reverência à gente serrana.

O Serro é de Minas um pouco de tudo; é da própria Minas Gerais no que ela tem de melhor. Não se nasce no Serro em vão, e todo serrano sabe disso.

REFERÊNCIAS

ARQUIDIOCESE DE MARIANA.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MINAS GERAIS.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. Memória do Judiciário Mineiro. *Comarcas de Minas*. MARTINS, Lúcio Urbano Silva; SOARES, Rosane Vianna (Orgs.). COSTA VAL, Andréa Vanêssa da (Coord.). Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 2016.

NEVES, Guilherme Simões; PIRES, Maria Coeli Simões. *Serro: páginas da história*. Belo Horizonte: Editora Fumarc, 2013. (Gentilmente cedido pelo Magistrado Juliano Abrantes).

SILVA, José Anchieta da. *Centenário de falecimento do Presidente Affonso Augusto Moreira Penna*. Belo Horizonte: edição própria, 2009.

